



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHÃES



DECRETO Nº 5.162/2025 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025

“Regulamenta, no âmbito do Município de Guanhanes/MG, a aplicação dos recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) e estabelece normas para o planejamento, execução e controle do transporte escolar.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUANHÃES/MG, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a Lei Federal nº 10.880, de 9 de junho de 2004, que institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE);

Considerando as normas emanadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);

Considerando RESOLUÇÃO Nº 18, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021 Estabelece diretrizes e orientações para o apoio técnico e financeiro na execução, no monitoramento e na fiscalização da gestão de veículos de transporte escolar, pelas redes públicas de educação básica dos Municípios, Estados e do Distrito Federal, no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE;

Considerando a necessidade de garantir transporte escolar regular, seguro e eficiente aos estudantes da rede municipal de ensino,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta a utilização e o controle dos recursos federais do PNATE no Município de Guanhanes/MG, bem como define procedimentos para o



planejamento, a contratação e a prestação de contas do serviço de transporte escolar.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, consideram-se:

I – PNATE: Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar;

II – FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;

III – Secretaria: Secretaria Municipal de Educação;

IV – PTE: Plano de Transporte Escolar.

CAPÍTULO II

DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 3º Os recursos repassados pelo FNDE para o PNATE deverão ser aplicados exclusivamente em manutenção, operação e contratação de transporte escolar, observando-se:

- a) Aquisição de combustíveis e lubrificantes;
- b) Manutenção preventiva e corretiva dos veículos;
- c) Seguro obrigatório e demais tributos inerentes ao transporte escolar;
- d) Despesas com rotas, itinerários e itinerâncias especiais.

Art. 4º A Secretaria elaborará anualmente o PTE até 30 de março, contendo:

- I – Diagnóstico das necessidades de transporte (número de alunos, rotas e distâncias);
- II – Cronograma de atendimento das rotas urbanas e rurais;
- III – Estimativa orçamentária consolidada;
- IV – Plano de contingência para emergências e veículos reservas.

CAPÍTULO III



DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO

Art. 5º A aquisição de serviços de transporte escolar será precedida de chamamento público ou licitação, conforme valores e limites estabelecidos na Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/21) e alterações:

I – Dispensa de licitação, quando o valor contratual anual não exceder o limite legal, observada ampla divulgação;

II – Pregão presencial ou eletrônico para demais casos, assegurando-se tratamento preferencial a cooperativas e microempreendedores locais.

Art. 6º Os agentes de contratação e Comissão de Contratação deverão:

a) Divulgar edital nos prazos da lei ou aviso de chamamento com antecedência mínima de 15 dias úteis;

b) Receber e analisar propostas, garantindo transparência e isonomia;

c) Homologar resultados e encaminhar contratos à Secretaria.

Art. 7º Os contratos de transporte escolar deverão prever cláusulas sobre:

I – Prazos e condições de pagamento;

II – Seguro de passageiros;

III – Substituição imediata de veículo em caso de pane;

IV – Penalidades por descumprimento de itinerário ou horários.

CAPÍTULO IV

DA FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 8º A fiscalização dos serviços será exercida pela Secretaria, com o apoio da Coordenação de Transporte Escolar, mediante:

I – Relatórios mensais de quilometragem e consumo;

II – Formulários de registro de ocorrências e reclamações de usuários;



III – Vistoria semestral dos veículos.

Art. 9º A prestação de contas ao FNDE obedecerá aos prazos e procedimentos estabelecidos na legislação federal e nas normas do FNDE, devendo incluir:

- a) Demonstrativo de receitas e despesas;
- b) Comprovação de manutenção fiscal e trabalhista dos contratados;
- c) Relatório consolidado de atendimento das rotas.

Art. 10º O descumprimento das normas previstas neste Decreto sujeitará o responsável à aplicação de sanções administrativas, conforme legislação municipal e federal.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11º. Ficam revogadas as demais disposições em conflito com o presente Decreto.

Art. 12º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do exercício financeiro de 2026.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se;
Guanhanes (MG), 11 de novembro de 2025.

Evandro Lott Moreira
Evandro Lott Moreira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHÃES	
Certifico ter publicado () Lei, (X) Decreto, () Portaria, número <u>5162</u> , na íntegra afixando ao quadro de avisos da Prefeitura no dia <u>11/11/2025</u>	
Ass: <i>[Assinatura]</i>	Mat.: <u>10045</u>